

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
SUSTENTABILIDADE – CONCEITO	23
1.1 A espécie humana corre real perigo	23
1.2 Brasil do baixo carbono aparece no radar.....	27
1.3 Desenvolvimento sustentável: paradigma axiológico	31
1.4 Transformações indispensáveis: exemplos iniciais.....	35
1.5 Sustentabilidade não é princípio abstrato: vincula plenamente	39
1.6 Conceito de sustentabilidade.....	41
1.7 Se o homem insistir em destruir o planeta, antes a espécie humana será extinta	44
1.8 Relatório Brundtland foi e é importante, mas cumpre dar novos passos.....	46
1.9 O conceito de sustentabilidade deve incluir a multidimensionalidade do bem-estar	49
CAPÍTULO 2	
O QUE SE ENTENDE POR NATUREZA MULTIDIMENSIONAL DA SUSTENTABILIDADE	55
2.1 A sustentabilidade é pluridimensional	55
2.2 Dimensões da sustentabilidade (social, ética, jurídico- política, econômica e ambiental)	58
2.2.1 Dimensão social da sustentabilidade	58
2.2.2 Dimensão ética da sustentabilidade	60
2.2.3 Dimensão ambiental da sustentabilidade.....	64
2.2.4 Dimensão econômica da sustentabilidade.....	65
2.2.5 Dimensão jurídico-política da sustentabilidade	67
2.3 Dimensões entrelaçadas	71
2.4 Sustentabilidade é princípio-síntese que determina a proteção do direito ao futuro.....	73

CAPÍTULO 3

CHOQUE DE PARADIGMAS – O NOVO PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE VERSUS O PARADIGMA DA INSACIABILIDADE PATOLÓGICA

3.1	Escolha inevitável.....	77
3.2	Contraste dos paradigmas	78
3.3	Em resumo.....	83

CAPÍTULO 4

NOVA AGENDA DA SUSTENTABILIDADE MULTIDIMENSIONAL.....

4.1	Principais tópicos.....	87
4.2	Bloco indissociável	103
4.3	Desenvolvimento e sustentabilidade: constituição mútua	105

CAPÍTULO 5

SUSTENTABILIDADE COMO VALOR CONSTITUCIONAL.....

5.1	O desenvolvimento sustentável, não qualquer desenvolvimento, é valor supremo.....	109
5.2	A sustentabilidade é valor supremo, no discurso constitucional	111
5.3	O desenvolvimento reconceituado	114
5.4	O mercado, por si, não dá conta das legítimas aspirações imateriais.....	115
5.5	Sustentabilidade é diretriz vinculante.....	117
5.6	Escolha valorativa de assento constitucional	120
5.7	Sustentabilidade inclusiva.....	127
5.8	Tudo recomenda ultrapassar reducionismos	129
5.9	Sustentabilidade veda omissões e ações danosas.....	130
5.10	A Constituição determina estratégias antecipatórias.....	132
5.11	Em resumo.....	133

CAPÍTULO 6

SUSTENTABILIDADE – COMO VENCER AS FALÁCIAS E AS ARMADILHAS ARGUMENTATIVAS.....

6.1	Sustentabilidade exige lucidez, no processo de tomada da decisão	135
6.2	Noções subjacentes.....	136
6.3	Conceito de falácias.....	138

6.4	Principais falácias adversárias da sustentabilidade	139
6.4.1	Falácia "genética"	139
6.4.2	Falácia <i>ad populum</i>	140
6.4.3	Falácia <i>ad misericordiam</i>	141
6.4.4	Falácia da divisão	141
6.4.5	Falácia da falsa causa	141
6.4.6	Falácia do acidente	142
6.4.7	Falácia do consenso	143
6.4.8	Falácia da desqualificação pessoal	144
6.4.9	Falácia da ameaça	144
6.4.10	Falácias da autoridade e <i>ad ignorantiam</i>	145
6.4.11	Falácia da petição de princípio	146
6.4.12	Falácias das muitas questões	147
6.4.13	Falácia do uso malicioso de palavra ambígua	147
6.4.14	Falácia da sequência irresistível	148
6.4.15	Falácia das mãos contaminadas	149
6.5	Armadilhas argumentativas e psicológicas	149
6.5.1	Armadilha da ancoragem	150
6.5.2	Armadilha da excessiva confiança	151
6.5.3	Armadilha do apego ao <i>status quo</i>	152
6.5.4	Armadilha da proteção das decisões anteriores	153
6.5.5	Armadilha da confirmação das evidências	154
6.5.6	Armadilha do enquadramento	155
6.5.7	Armadilha da evocação distorcida	156
6.5.8	Armadilha da cautela excessiva	157
6.5.9	Armadilha da percepção de padrões inexistentes	157
6.6	Mudanças mentais a favor da sustentabilidade	159
6.7	Conceito de decisões insustentáveis	160
6.8	Em resumo	161

CAPÍTULO 7

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO PARA O

DESENVOLVIMENTO QUE IMPORTA

7.1	Prioritária educação para a sustentabilidade	163
7.2	Quatro premissas para uma educação exitosa	165
7.3	Pré-compreensões terão de ser trocadas	168
7.4	Em resumo	173

CAPÍTULO 8

SUSTENTABILIDADE E A INDISPENSÁVEL SUPERAÇÃO DOS VÍCIOS POLÍTICOS

8.1	Questão-chave	175
-----	---------------------	-----

8.2	Quatro principais vícios da política insustentável	179
8.2.1	Primeiro vício – <i>Patrimonialismo</i>	180
8.2.2	Segundo vício – <i>Tráfica de influências</i>	181
8.2.3	Terceiro vício – <i>Omissivismo</i>	184
8.2.4	Quarto vício – <i>Mercenarismo</i>	186
8.3	A política da sustentabilidade	188

CAPÍTULO 9

SUSTENTABILIDADE E O NOVO DIREITO

ADMINISTRATIVO	195	
9.1	Mudança de paradigma do Direito Administrativo	195
9.2	Da sustentabilidade nas relações administrativas	198
9.3	Transições rumo à sustentabilidade	205
9.3.1	Racionalidade imparcial, eficiente e eficaz	205
9.3.2	Fundamentação e devida processualização das decisões	206
9.3.3	Sindicabilidade aprofundada das condutas do agente estatal	207
9.3.4	Resolução administrativa dos conflitos	208
9.3.5	Fim do burocratismo paralisante	208
9.3.6	Prevenção e precaução, em lugar da gestão que chega tarde	209
9.3.7	Defesa da constitucionalidade de ofício e da regulação do Estado Sustentável	210
9.4	Principais mudanças na hermenêutica das relações de administração	211
9.5	Sustentabilidade e regulação	217
9.5.1	Regulação: necessidade de novo modelo	217
9.5.2	Conceito de regulação estatal	218
9.5.3	O agente regulador	220
9.5.4	Características da regulação sustentável	223
9.6	Licitações e contratações sustentáveis: obrigatoriedade de ponderação dos custos e benefícios, diretos e indiretos	233
9.6.1	Incorporação cogente de critérios paramétricos de sustentabilidade para aferir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública	233
9.6.2	Sustentabilidade e contratação administrativa	235
9.6.3	A proposta mais vantajosa é aquela que se encontra alinhada com as políticas públicas sustentáveis	248
9.6.4	Conceito de licitações sustentáveis	257
9.7	Rumo ao Estado sustentável	258

CAPÍTULO 10

SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE DO ESTADO E
NOVA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA 263

10.1	Características do Estado Sustentável	263
10.2	Releitura da responsabilidade	269
10.2.1	Responsabilidade preventiva.....	271
10.2.2	Responsabilidade e proporcionalidade.....	272
10.2.3	Conceito de responsabilidade do Estado: o nexso causal	276
10.2.3.1	Excludentes do nexso causal	277
10.2.3.2	Responsabilidade por ação e omissão	278
10.2.4	Omissão desproporcional.....	280
10.2.5	Configuração da omissão: três questões	281
10.3	Reservas à reserva do possível	283
10.4	Princípios da prevenção e precaução	284
10.4.1	Princípio da prevenção	285
10.4.2	Princípio da precaução	285
10.4.3	Aplicabilidade dos princípios da prevenção e precaução	286
10.5	Interpretação jurídica à luz do princípio da sustentabilidade.....	291
10.6	Máximas de concretização da sustentabilidade.....	296

CONCLUSÕES 303

REFERÊNCIAS..... 313